Conferência internacional investiga

MANUEL ALVES FILHO
manuel@reitoria.unicamp.br

A Unicamp sediará de 2 a 4 de setembro, no auditório da Faculdade de Ciências Médicas (FCM), a II Conferência Latino-Americana e Caribenha de Medidas de Segurança Alimentar (Clacmesa). O evento reunirá cientistas e gestores públicos para discutir questões ligadas à insegurança alimentar, flagelo que ainda atinge uma parcela significativa das populações dos países que constituem o bloco. De acordo com a presidente da II Clacmesa, a médica Ana Maria Segall Corrêa, docente da FCM, os principais objetivos da conferência são aprimorar a escala que mede o grau de segurança alimentar dos diversos grupos populacionais e analisar o impacto dessa mesma segurança alimentar nas condições de vida e saúde das pessoas.

Evento vai reunir cientistas e gestores públicos de 2 a 4 de setembro

A especialista considera que, especificamente no Brasil, as políticas públicas voltadas ao enfrentamento do problema geraram resultados positivos em relação à redução do número de pessoas que sofrem de insegurança alimentar grave, mas não foram suficientes para mudar totalmente o quadro. "Uma questão fundamental ainda a ser atacada é a geração de novas oportunidades de trabalho e da renda", diz. Na entrevista que segue, Ana Maria Segall Corrêa fala, entre outros temas, do esforço dos pesquisadores para fornecer dados confiáveis que possam auxiliar na definição de políticas públicas de combate à fome.

Foto: Antoninho Perri

A médica Ana Maria Segall Corrêa, docente da FCM e presidente da II Clacmesa: "Uma questão fundamental ainda a ser atacada é a geração de novas oportunidades de trabalho e da renda"

Jornal da Unicamp – Quais os objetivos da segunda edição da Clacmesa em relação à primeira, realizada em 2007, na Colômbia?

Ana Segall – Na primeira conferência, o objetivo era desenvolver uma escala de medida de segurança alimentar que tivesse validade para a América Latina. De lá para cá, muitos países do continente fizeram a validação de uma escala própria e adequada. Também foi desenvolvida a Elcsa [Escala Latino-Americana e Caribenha para Medida da Segurança Alimentar], que foi baseada nas adaptações brasileira e colombiana da HHFSSM [Household Food Security Scale Measurement-EUA].

A ideia de uma escala para a América Latina era porque os pesquisadores envolvidos com o tema tinham a convicção da necessidade de um instrumento eficaz para medir a segurança alimentar. Naquele instante, vários países do continente começavam a desenvolver programas de combate à fome, mais ou menos inspirados na experiência brasileira do Fome Zero. Daí a necessidade de ter um instrumento para identificar as populações mais vulneráveis à fome e acompanhar o impacto dessas políticas públicas. A segunda conferência vai trabalhar com a necessidade de aprimorar essa escala, mas também vamos avançar na discussão e análise do impacto da insegurança alimentar nas condições de vida e saúde das pessoas e ver como podemos medir isso.

JU – De que ordem são esses impactos?

Ana Segall – Nós pretendemos desenvolver novas investigações. A conferência terá uma parte que trabalhará essa questão. Nós já temos pesquisas que indicam que a insegurança alimentar interfere nas situações de violência doméstica, por exemplo. Também pode ter reflexo no comportamento antissocial na escola. As crianças cujas famílias têm pouco acesso ao alimento tendem a ser mais agressivas no ambiente escolar.

Outros estudos demonstram, ainda, a associação entre insegurança alimentar e problemas psicológicos, como depressão e ansiedade. Os estudos mais frequentes sobre o impacto do baixo acesso aos alimentos estão ligados à questão nutricional. Alguns deles demonstraram a ocorrência de sobrepeso e obesidade simultaneamente à insegurança alimentar. São abordagens muito importantes, sobretudo no contexto da redução da desnutrição e aumento da obesidade, fenômeno que está ocorrendo em praticamente todos os países em via de desenvolvimento.

São pesquisas que abrem novas oportunidades de políticas públicas. Além disso, outro aspecto que nos interessa estudar, e que tem sido mais frequente na África, é o impacto das condições de saúde na insegurança alimentar. Lá, a epidemia da Aids concorre para a insegurança alimentar, tanto em razão do adoecimento que reduz a capacidade para o trabalho, quanto por resultar em maior custo para a família e a sociedade, entre outros aspectos.

Resumindo, esta segunda conferência tem por meta avançar nas possibilidades de compreender melhor, nos dias de hoje, a insegurança alimentar e fome, seus determinantes, sua freqüência nas diversas populações e as consequências para os indivíduos, as famílias e a sociedade.

JU – Ou seja, a discussão já não se concentra mais no aspecto da disponibilidade de alimentos...

Ana Segall – Quando se começou a falar em segurança alimentar, na época da 2º Guerra Mundial, os países tinham uma grande preocupação quanto à autonomia para assegurar a disponibilidade de alimentos às suas populações. Ou seja, uma nação não queria depender da outra no caso de novos conflitos. Então, quando o conceito começou a ser formulado, a preocupação maior era essa. Tanto é assim que após ser criada, a FAO [Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação] estabeleceu um importante indicador de segurança alimentar, que era a disponibilidade calórica per capita de cada país. Entretanto, essa disponibilidade não tem nada a ver com acessos das pessoas aos alimentos necessários à sua sobrevivência e bem-estar. Pode haver grande disponibilidade de alimentos no país, mas esse alimento pode estar concentrado numa faixa pequena da população. Ou seja, a média per capita pode ser de três mil calorias diárias, mas há quem consuma 5 mil e há quem consuma apenas 1.000 ou menos.

A questão do acesso passou a ser discutida mais fortemente a partir do trabalho do médico brasileiro Josué de Castro, na FAO. Ele dizia que a fome não era algo natural, que era produzida pelos homens, muito em razão das desigualdades sociais. Na sequência, também cresceu a discussão em torno da qualidade. Ou seja, não basta ter acesso a determinada quantidade de comida, se esta não tiver qualidade. Com isso, avançou também a ideia de que os alimentos teriam que ser obtidos de forma social e ambientalmente aceitável. Trata-se de um progresso ao longo do tempo.

Mais recentemente, em 2006, o Brasil acrescentou mais um ponto importante a essa relação, que é reconhecer a segurança alimentar como um direito básico do ser humano. A definição de segurança alimentar, segundo essa proposta, é o direito de todos ao acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, sem comprometer outras necessidades básicas, obtidos de forma sustentável e socialmente aceitável. Há uma matéria tramitando no Congresso Nacional que propõe a inclusão na Constituição de um artigo que defina a alimentação como um direito básico do ser humano. Com isso, o Estado passaria a ser obrigado a atender as necessidades da população quanto ao acesso aos alimentos.

JU – Como é feita atualmente a identificação das famílias em situação de insegurança alimentar ou fome? Além da renda, que fatores são levados em consideração?

Ana Segall – Vários fatores serão levados em conta. A renda é um deles. Ocorre que esse dado coloca um ponto de corte. Informa que abaixo de determinado valor as pessoas estão em situação de insegurança alimentar ou fome. Mas não faz nenhuma outra distinção. As escalas aprimoram esse diagnóstico, porque informam com maior precisão quais pessoas em tais faixas de rendimentos e com tais características estão mais sujeitas à insegurança alimentar ou à fome. Assim, famílias com crianças têm mais insegurança alimentar do que as sem crianças, na mesma faixa de renda. Idosos que moram sozinhos têm mais insegurança do que aqueles que vivem com familiares, na mesma faixa de renda. Uma família cujo chefe é analfabeto também está mais sujeita à insegurança alimentar do que aquela cujo chefe tem algum nível de instrução. Ou seja, a renda é um marcador importante, mas não é o único. A escala brasileira identifica quem está com restrição e contempla dados como posse de bens duráveis, educação do chefe da família, condições de saneamento, número de pessoas na casa etc.

JU – A partir da adoção de programas como Fome Zero e Bolsa Família e da criação da escala brasileira, que conclusões podem ser tiradas. O país tem avançado em direção à meta de garantir a segurança alimentar para a camada mais carente da população?

Ana Segall – O primeiro diagnóstico realizado no Brasil com o uso da escala foi em 2004, por ocasião da PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, aplicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)]. Depois disso, não tivemos outra PNAD. O ideal é medirmos da mesma forma, para termos um parâmetro de comparação. Em setembro começa a pesquisa de campo da PNAD 2009, que também aplicará a escala. Ou seja, a partir do final de 2010 nós teremos a melhor condição para comparação. Aí poderemos identificar diferenças mais facilmente.

Mas a escala também foi incluída na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, a PNDS de 2006, financiada pelo Ministério da Saúde-Decit e coordenada pelo Cebrap [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento]. Ocorre que a PNDS analisa apenas domicílios em que existem mulheres em idade fértil, de 15 a 49 anos. O que estamos fazendo agora é comparando os resultados da PNAD e PNDS, mas tendo como referência somente os domicílios com mulheres em idade fértil, que é para garantirmos a comparabilidade.

Embora o período de tempo seja pequeno, de apenas dois anos, os dados iniciais indicam uma redução importante da insegurança alimentar grave. Diminuiu a proporção de pessoas com insegurança alimentar grave e moderada e aumentou a proporção com insegurança leve. Ou seja, houve uma migração entre as faixas. Houve